

# A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico como uma das gramáticas de base do português brasileiro

*The grammar of clitic pronouns in Colonial Brazil:  
Classical Portuguese as one of the basic grammars of Brazilian Portuguese*

Lara da Silva Cardoso\*  
Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro\*\*  
Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Aroldo Leal de Andrade\*\*\*  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é investigar qual gramática portuguesa forneceu uma das bases para o desenvolvimento do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004). A partir dos dados obtidos por Cardoso (2020), que investigou a interpolação e a colocação dos clíticos em textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil Colônia, argumentamos que a gramática portuguesa preponderante para a formação do português brasileiro foi o português clássico. Com base nisso, apontamos o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil e em Portugal e destacamos de que maneira se dá a presença do português clássico em textos brasileiros.

**Palavras-chave:** Português Clássico. Brasil Colônia. Pronome Clítico. Português Brasileiro.

**Abstract:** The objective of this work is to investigate which Portuguese grammar provided one of the bases for the development of Brazilian Portuguese (MATTOS E SILVA, 2004). Based on the data obtained by Cardoso (2020), who investigated the interpolation and placement of clitic pronouns in texts written by individuals born in Colonial Brazil, we argue that the predominant Portuguese grammar for the formation of Brazilian Portuguese was Classical Portuguese. Accordingly, we point out the path of Portuguese grammars in Brazil and Portugal and highlight how Classical Portuguese is present in Brazilian texts.

**Keywords:** Classical Portuguese. Colonial Brazil. Clitic Pronouns. Brazilian Portuguese.

\*Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: [laracardoso@hotmail.com](mailto:laracardoso@hotmail.com).

\*\*Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Plena do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: [zenaide.novais@gmail.com](mailto:zenaide.novais@gmail.com).

\*\*\*Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [aroldo.andrade@gmail.com](mailto:aroldo.andrade@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão sobre quais gramáticas foram os antecedentes históricos do português brasileiro (doravante PB) é um dos elementos-chave para entender como essas gramáticas se formou e porque, contemporaneamente, apresenta uma configuração distinta do português europeu moderno (PE, doravante). Tendo como base o multilinguismo generalizado que houve, no Brasil, durante o período colonial, Mattos e Silva (2004) destacou os seguintes antecedentes linguísticos, fundamentais para a formação da gramática brasileira: o português europeizado, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro. Neste trabalho, nos concentramos em discutir e fornecer dados linguísticos a fim de identificar qual gramática portuguesa foi uma das bases constitutivas do PB. Para isso, discutiremos parte dos resultados obtidos por Cardoso (2020) em sua dissertação de mestrado, em que realizou uma investigação sobre a interpolação e a colocação dos clíticos em textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil nos séculos XVII e XVIII.

O trabalho se organiza da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos um breve panorama sobre as propostas até então concebidas para a gramática portuguesa preponderante na formação do PB e demonstramos como os clíticos se comportam nessas gramáticas. Na seção 3, apresentamos o nosso ponto de partida face às propostas anteriormente mencionadas e descrevemos nossas hipóteses elaboradas a respeito da interpolação do *não* e da colocação dos clíticos nos textos que compõem o *corpus* da pesquisa. Na quarta seção, apresentamos o *corpus* utilizado por Cardoso (2020) e a forma de classificação dos dados. Na seção 5, expomos parte dos dados obtidos por Cardoso (2020) e avaliamos se nossas hipóteses desenvolvidas foram confirmadas ou refutadas. A seção 6 apresenta um panorama geral sobre o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil em comparação com a história do PE, apontando semelhanças e diferenças. As considerações finais se apresentam na seção 7.

## 2 AS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS E AS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A investigação sobre a(s) gramática(s) que vieram com os portugueses à América é um tema central para Castro (1996, p. 138), que defende que “antes de mais, há que determinar qual o tipo de português efetivamente transportado nas caravelas” e para Ribeiro (2015[1998], p. 41), que formulou o problema através da seguinte questão: “a mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática?”. Entretanto, não há uma resposta consensual para esse questionamento.

Em geral, há três propostas quanto à gramática portuguesa que constituiu uma das bases formativas do PB: o português médio (1385-1499, doravante PM), o português clássico (1500-1699, doravante PCI) e o português europeu oitocentista (1800-1899)<sup>1</sup>. A defesa de cada uma delas é realizada por pesquisadores diversos, que se baseiam em alguns

---

<sup>1</sup> A periodização adotada neste trabalho segue a periodização usada por Cardoso (2020). Remetemos à autora para as justificativas quanto à escolha da delimitação das fases gramaticais do português.

fatos sócio-históricos e em fenômenos linguísticos encontrados, de maneira geral, na vertente não prestigiada do PB e em uma das gramáticas portuguesas da história do PE, a depender da proposta adotada. No Quadro 1, exibimos as três propostas e alguns de seus argumentos, destacando-se, para os fatos sócio-históricos, a movimentação de portugueses no Brasil Colônia e, para os fenômenos linguísticos, alguns fenômenos morfológicos e/ou sintáticos.

Quadro 1 – Propostas sobre a gramática portuguesa preponderante na formação do PB.

| <b>Gramática portuguesa</b>           | <b>Fatos sócio-históricos</b>   | <b>Fenômenos morfológicos/sintáticos</b>   |
|---------------------------------------|---|--|
| <b>Português Médio (1385-1499)</b>    | A primeira leva de imigrantes portugueses (1500-1530) que veio ao Brasil utilizavam a gramática do português médio. | Impessoalização do verbo <i>ter</i> (MELO, 1946).<br>Uso do gerúndio em perífrase verbal (MORAES DE CASTILHO, 2013).<br>Variação na concordância de gênero e na concordância verbal (NARO; SCHERRE, 2007). |
| <b>Português Clássico (1500-1699)</b> | A chegada contínua de portugueses, sobretudo no século XVII, trouxe ao Brasil a gramática do PCl.                   | Colocação de clíticos (PAGOTTO, 1992; GALVES, BRITO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES, 2007; CARNEIRO, 2005, MARTINS, 2009).  |
| <b>Português Europeu (1800-1899)</b>  | A entrada maciça do PE no século XIX, junto à corte imperial.   | Colocação de clíticos (RIBEIRO, 1998; PAGOTTO, 1992; 1999; CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009).   |

Fonte: Cardoso (2020), com adaptações.

Para além da diferença nos fenômenos morfológicos/sintáticos listados, as duas primeiras propostas se diferenciam em relação à leva de imigrantes portugueses relevante para a formação do PB. Enquanto a primeira proposta – que defende a gramática do PM como uma das gramáticas constitutivas do PB – leva em consideração o primeiro século da colonização portuguesa e a formação incipiente do PCl nesse período, a segunda proposta – defensora do PCl como a gramática preponderante para a formação do PB – leva em consideração a imigração portuguesa ocorrida durante os três séculos do Brasil Colônia. A terceira proposta é construída com base no aumento da população europeia, no Brasil, ao longo do período oitocentista, e nas influências deixadas pelo PE nos textos escritos por brasileiros. Essas influências nos textos são consideradas significativas para a constituição de uma norma linguística prestigiada e não para uma mudança no português brasileiro vernacular (PAGOTTO, 1992; 1999; CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009). Assim, a terceira proposta não entra em confronto com as outras duas e, portanto, não necessariamente as exclui. Logo, para a investigação da gramática portuguesa que foi, durante o período colonial, um dos antecedentes linguísticos, na visão de Mattos e Silva

(2004), da formação do PB, estão em confronto duas gramáticas do português: o PM e o PCI.

O PM e o PCI apresentam diferenças quanto a fenômenos morfológicos, fonológicos e sintáticos<sup>2</sup>. Entre os fenômenos sintáticos, destacam-se a interpolação do *não* e a colocação dos pronomes clíticos, escolhidos para a análise neste trabalho. No tópico a seguir, apresentaremos a distinção quanto a esses fenômenos nas duas gramáticas citadas.

## 2.1 OS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS MÉDIO E NO PORTUGUÊS CLÁSSICO

Bastante mutáveis ao longo do tempo, a interpolação e a colocação dos clíticos são fenômenos propícios para compreender qual gramática portuguesa foi fundamental à formação do PB, já que serviram de base para delimitação das fases gramaticais do PE (MARTINS, 1994; GALVES, 2007). Desse modo, as propostas levantadas na seção anterior sobre o antecedente europeu do PB, por envolverem dois estágios gramaticais distintos (o PM e o PCI), implicam duas formas distintas de interpolação e colocação dos clíticos.

A *interpolação* consiste em um fenômeno não obrigatório, em que o clítico e o verbo não estão adjacentes, mas separados por um elemento interpolado, o qual, em determinadas fases do português, podia ser um ou mais de um constituinte qualquer (exemplo 1) ou o elemento de negação *não* (exemplo 2).

1. Todollos adubyo que *lhes* conpridoiros e neçareos *forem* (...)  
Lisboa, séc. XV, Martins (2002, p. 459).
2. Também se *o* não *comeres* agora, podes dizer-lhe adeus.  
Cardoso Pires, séc. XX, Martins (2016, p. 423).

A *colocação dos clíticos* diz respeito à ordem que o pronome ocupa na sentença em relação ao verbo, podendo estar posposto (ênclise) ou anteposto (próclise). A colocação do clítico foi condicionada, ao longo da história do português, quanto ao tipo de constituinte que antecede o verbo. As sentenças em que não há nenhum constituinte precedendo o verbo (denominadas V1) representam o contexto obrigatório de ênclise (exemplo 3). Já as sentenças dependentes (exemplo 4) ou sentenças não-dependentes cujo verbo é precedido por elementos de negação, quantificadores, marcadores de foco,

<sup>2</sup>Entre os fenômenos fonológicos e morfológicos que diferenciam o PM do PCI, Mattos e Silva (2007) destaca a uniformização das nasais finais *-ã*, *-õ* no ditongo nasal *-ão*, a sistematização dos hiatos, a simplificação do sistema de quatro sibilantes e a regularização da vogal temática *-u* dos participios passados dos verbos regulares da 2ª conjugação. Tais características são encontradas em textos do PCI, mas não do PM, período em que há formas variantes desses fenômenos. Outros fenômenos sintáticos, para além da colocação dos clíticos, são diferentes no PM e no PCI: a presença do uso de dêiticos anafóricos – *ende* e *hi* – (MATTOS E SILVA, 2007), aposição do objeto com pronome demonstrativo em orações matrizes e dependentes (ANDRADE, GALVES, 2019).

determinados advérbios e sintagmas QU-<sup>3</sup> (exemplos 5 a 9) são contexto obrigatório de próclise. Tais elementos são chamados de elementos licenciadores de próclise. Em sentenças matrizes nas quais o verbo não ocupa a posição inicial ou em que não há licenciador de próclise, a colocação clítica é neutra e variável (exemplos 10 e 11).

3. *damola* e outogarmos a uos e a todos uossos sucessores em escambho por outra uÿa (...)

Lisboa, séc. XIII, Martins (1994, p. 49).
4. e lhe Requeriu que *o metesse* per ella em posse do dicto Mosteiro (...)

Noroeste de Portugal, séc. XV, Martins (1994, p. 95).
5. e que nõ gahase contra elle May sentença nõ *o metese* em reuelia.

Noroeste de Portugal, séc. XIV, Martins (1994, p. 17).
6. e todos de hũa parte e da outra assy *o outorgarom*.

Noroeste de Portugal, séc. XV, Martins (1994, p. 19).
7. más Thotonio só *me en-|tregou* a chave da porta da rua (...)

Carta 386, séc. XIX, Carneiro (2005, p. 76).
8. e sem dizer uma palavra (...) lentamente e silenciosamente *se retirou* para dentro de casa.

Almeida Garret, séc. XIX, Corpus Tycho Brahe.
9. Como *te atreves?*!

Expresso, séc. XXI, Martins (2016, p. 406).
10. poz-lhe na maõ huma bolça de dobrões (...) e *pedio-lhe* com muita submissão (...)

Manuel da Costa, séc. XVII, Corpus Tycho Brahe.
11. Ela *se representa* na minha ideia como uma dita sobrenatural e em comparação.

Cavaleiro de Oliveira, séc. XVIII, Corpus Tycho Brahe.

Os contextos de variação da colocação dos clíticos foram divididos por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) em dois grupos. O contexto de variação I integra as sentenças com verbo precedido por sujeito não focalizado, por sintagma preposicional ou por advérbio não modal (exemplos 12 a 14) e o contexto de variação II engloba as sentenças com verbo em posição inicial em uma segunda oração coordenada e com verbo precedido de orações dependentes (exemplos 15 e 16):

12. As outras prophcias *cumprem-se* a seu tempo (...)
13. Dos outros *salvar-se-há* ametade; e dos grandes e poderosos quantos?
14. Agora *o vereis* (...)
15. Deus julga os pensamentos, mas *conhece-os* (...)
16. e se sois e fostes sempre bom, *julgam-vos* mal (...)

Sermões de Vieira, séc. XVII, Galves (2015, p. 63).

<sup>3</sup> Segundo Martins (1994), os quantificadores precisam ocupar uma posição interna à sentença e precisam ter uma leitura quantificacional. Nem todo quantificador se encaixa nesses critérios; do grupo dos determinantes, por exemplo, apenas os determinantes relativos/proporcionais condicionam a próclise. Em relação aos advérbios, não há relação a outros critérios, como a classe semântica (MARTINS, 2016). Alguns exemplos são: *sempre, também, cá*, alguns advérbios terminados em *-mente* etc.

As gramáticas do PM e do PCl apresentam comportamentos distintos para esses fenômenos. Quanto à interpolação do *não*, a diferença nas duas fases gramaticais é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Interpolação do *não* no PM e no PCl.

|   | Português Médio  | Português Clássico  |
|---|--|---|
| <b>Contexto de ocorrência</b>             | Sentenças dependentes e sentenças matrizes não neutras.<br>96,8 a 90,7%.<br>(MARTINS, 1994) <sup>4</sup> . | Sentenças dependentes e sentenças matrizes (neutras e não neutras). |
| <b>Frequência (sentenças dependentes)</b> | -  | 84% a 90%<br>(GALVES ET AL, 2019).                                  |
| <b>Frequência (sentenças matrizes)</b>    | -  | 34% a 70%<br>(GALVES ET AL, 2019).                                  |

Fonte: Martins (1994) e Galves et al (2019), com adaptações.

Tanto no PM quanto no PCl, a interpolação do *não* era um fenômeno frequente nos textos. Para o PM, a interpolação do *não*, conforme Martins (1994), alcançava níveis acima de 90% e só era atestada em contexto de próclise obrigatória, i.e, em sentenças matrizes não neutras e em sentenças dependentes. Embora a interpolação fosse opcional, o seu uso era preferencial nos textos. No PCl, segundo Galves et al (2019), a interpolação do *não* também foi frequente em sentenças dependentes, variando entre 84% a 90% de ocorrência durante os anos de 1500 e 1699. Para além disso, o fenômeno passou a ser atestado em sentenças não neutras, ou seja, em sentenças em que não há um constituinte licenciador da próclise antecedendo o verbo. Em sentenças matrizes (neutras e não neutras), a interpolação do *não* alcançou 34% a 70% de ocorrência durante o PCl (GALVES ET AL, 2019).

Quanto à *colocação dos clíticos*, as diferenças entre as gramáticas do PM e do PCl estão nos contextos variacionais, pois nos contextos em que a ênclise e a próclise são obrigatórias, ambas as gramáticas não apresentam diferenças na colocação clítica. A colocação dos pronomes clíticos nos contextos de variação dessas fases gramaticais está exposta no Quadro 3. Como Martins (1994) não dividiu o contexto de variação, os dados representativos do PM não apresentam essa distinção.

<sup>4</sup> Martins (1994) não apresentou os dados de interpolação divididos em sentenças dependentes e em sentenças matrizes.

Quadro 3 – Colocação dos clíticos em contexto variacional no PM e no PCl.

|                                | <b>Português Médio</b>                       | <b>Português Clássico</b>         |
|--------------------------------|--|-----------------------------------|
| <b>Colocação</b>               | Próclise<br>37,8% a 94,4%<br>(MARTINS, 1994) | Próclise                          |
| <b>Contexto de variação I</b>  | -  | 75% a 95%<br>(GALVESET AL, 2019)  |
| <b>Contexto de variação II</b> | -  | 10% a 38%<br>(GALVES ET AL, 2019) |

Fonte: Martins (1994) e Galves et al (2019), com adaptações.

Embora Martins (1994) não tenha dividido os contextos de variação dos textos representativos do PM, a autora notou uma presença considerável da próclise nesses contextos a partir do século XIV, diferentemente de textos representativos de séculos anteriores, em que a ênclise alcançava 93% de ocorrência. Entre o final do século XIV – início do PM – e o final do século XV – fim do PM e surgimento do PCl – a próclise passou de 37,8% para 94,4%. Entre as sentenças correspondentes aos contextos de variação I, as sentenças com sujeito lexicalmente preenchido em posição pré-verbal são as que mais favorecem a próclise, alcançando 82,4% e 100% nos séculos XIV e XV, correspondentes ao PM (MARTINS, 1994).

Na passagem do PM para o PCl, a colocação dos clíticos se mantém essencialmente proclítica, divergindo em relação à frequência da próclise conforme os contextos variacionais. Para Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), a presença da colocação pré-verbal do clítico é significativa apenas para o contexto I de variação, com uma taxa de ocorrência acima de 70%, levando em consideração a gramática individual de cada escrevente analisado pelas autoras. No contexto de variação II, os textos apresentam uma colocação idiossincrática, com alta tendência para a ênclise desde o início do século XVI e sem uma correlação da colocação do clítico entre textos de autores contemporâneos.

Ainda segundo Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), a colocação dos clíticos no contexto II é determinada por questões prosódicas e de processamento, não sendo possível correlacionar a frequência da ênclise nesse ambiente com a porcentagem de ênclise de um mesmo autor no contexto de variação I. No contexto de variação II, em sentenças com verbo precedido por orações dependentes, a colocação do clítico é condicionada ao tamanho da sentença, i.e., quanto maior a oração subordinada inicial, maior a probabilidade de ênclise (GALVES, SANDALO, 2012). Já no subconjunto de sentenças com verbos precedidos por oração coordenada, efeitos de paralelismo levam, por razões diferentes, a que também haja flutuação nesse contexto.

### 3 AS HIPÓTESES DE TRABALHO

Para investigar qual gramática portuguesa foi uma das bases formativas do PB com base na interpolação e na colocação dos clíticos em textos coloniais brasileiros, assumimos uma posição inicial quanto às propostas levantadas na primeira seção deste trabalho.

Segundo Cardoso (2020), partimos do pressuposto de que a gramática portuguesa preponderante para a formação do PB foi o *português clássico*.

Para a defesa inicial dessa ideia, foram levados em consideração dados demográficos brasileiros (RIBEIRO, 2015[1998]) associados à sintaxe dos clíticos em diferentes fases da gramática do português. Nos primeiros séculos após o início da colonização portuguesa, a entrada de europeus no Brasil foi gradativa. Segundo Venâncio (2007, p. 65), aproximadamente cem mil portugueses invadiram as terras brasileiras ao longo dos séculos XVII e XVIII. A imigração branca só ganha volume, conforme Silva Neto (1976[1951], p.73), a partir de 1653: antes disso, as estimativas contabilizavam apenas trinta mil brancos. Desse modo, a maior parte dos colonizadores chegou à Colônia em meados do século XVII, quando, ao contrário do que afirma Moraes de Castilho (2001), a gramática clássica já se encontrava estável.

O PM pode ter chegado ao Brasil com os portugueses desembarcados nas primeiras décadas do século XVI. Lobo (1996, p. 114), ao analisar linguisticamente a Carta de Caminha, afirma que o autor é, “no que tange à ordem dos clíticos, um dos últimos representantes de uma sintaxe que chamaria ainda de ‘medieval’”. Entretanto, como os primeiros passos da colonização portuguesa foram dados apenas em 1532, foram as levas posteriores de europeus que trouxeram, em maior número, o PCI. Para além disso, as pesquisas sobre a colocação clítica do PB em textos escritos por brasileiros nos séculos XIX e XX observaram competições entre gramáticas (CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992), coexistindo, nos textos, traços do PCI, do PB e do PE. Atesta-se, assim, a presença da gramática clássica no Brasil, sendo encontrada até mesmo após o fim do período colonial, nos anos de 1800.

Partindo desse pressuposto e tendo em vista que a gramática dos clíticos em textos brasileiros seiscentistas e setecentistas ainda são desconhecidas, construímos as seguintes hipóteses quanto à interpolação e à colocação dos clíticos<sup>5</sup>:

---

<sup>5</sup> Cardoso (2020) desenvolveu hipóteses parcialmente diferentes quanto à interpolação e colocação dos clíticos em textos brasileiros coloniais. Para além de presumir uma gramática semelhante ao PCI em textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil durante o período colonial, a autora pressupôs, em virtude da ausência de interpolação e de variação ênclise/próclise no PB contemporâneo (GALVES; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2005; LEMOS, 2019), que dados opostos a esses tenham se apresentado em número pequeno no processo de formação do português brasileiro. Desse modo, uma das hipóteses desenvolvidas por Cardoso (2020) é que a frequência da interpolação do *não* e da colocação enclítica dos pronomes clíticos em contextos variacionais se mostrariam nos textos brasileiros coloniais de forma mais reduzida que em textos portugueses do mesmo período. Cf. Cardoso (2020) para mais detalhes sobre a verificação dessa hipótese de trabalho.

Quadro 4 – Hipóteses de trabalho sobre a interpolação e a colocação dos clíticos em textos do Brasil Colônia.

|                               | <b>Interpolação do <i>não</i></b>  | <b>Colocação dos clíticos</b>  |
|-------------------------------|--|--|
| <b>Contexto de ocorrência</b> | Sentenças matrizes e dependentes.  | Manutenção dos contextos variacionais.<br>Próclise preferencial nos contextos de variação. |
| <b>Frequência</b>             | Maior ocorrência da interpolação em sentenças dependentes que em sentenças matrizes. | Maior ocorrência da próclise no contexto de variação I que no contexto II.                 |

Fonte: autoria própria.

Quanto à interpolação do *não*, espera-se encontrar casos em contexto obrigatório e não obrigatório de próclise, i.e., em sentenças dependentes e em sentenças matrizes (neutras e não neutras), contextos de ocorrência semelhantes à gramática do PCl. Uma vez que a interpolação do *não* em sentenças matrizes neutras é característica particular do PCl, tal dado pode atestar a presença desta gramática como preponderante no Brasil Colônia e não o PM. Assim como na gramática do PCl exibida em textos portugueses, esperamos que esse fenômeno seja mais visível em sentenças dependentes que em sentenças matrizes.

Já em relação à colocação dos clíticos nas sentenças, pressupomos que os contextos variacionais se mantenham os mesmos da gramática portuguesa quinhentista e seiscentista, ou seja, com ênclise obrigatória em sentenças V1<sup>6</sup> e com a próclise obrigatória em sentenças com licenciadores de próclise. Seguindo a tendência proclítica do PM e do PCl, pressupomos que a próclise também seja a colocação preferencial em contextos de variação nos textos brasileiros coloniais, com uma frequência maior no contexto I que no contexto II, assim como a gramática do PCl produzida em Portugal.

Essas hipóteses serão analisadas a partir dos dados obtidos por Cardoso (2020), que investigou tais fenômenos em um *corpus* composto por documentos escritos por indivíduos nascidos no Brasil no período colonial (século XVII-XVIII). A descrição do *corpus* e da forma de classificação dos dados utilizada pela autora estão expostas na seção a seguir.

<sup>6</sup> Apesar de existirem hipóteses a respeito do surgimento do PB em meados do século XVIII (GALVES, 2007; MATTOS E SILVA, 2004), somente uma análise com maiores *corpora* pode trazer resultados significativos. A ocorrência da próclise em sentenças cujo verbo se apresenta em posição inicial, rompendo a restrição fonológica dos pronomes clíticos na língua portuguesa, é a característica inovadora do PB em relação à colocação dos pronomes clíticos. Entretanto, tal dado só foi encontrado no século XIX no *corpus* utilizado por Carneiro (2005), que utilizou um *corpus* extenso, dividido em escreventes cultos e semicultos, com 500 cartas brasileiras escritas nos anos oitocentistas e novecentistas. Não é objetivo deste trabalho encontrar a “gramática brasileira” no século XVIII, muito embora não se negue esse período como a inflexão do PB.

#### 4 O CORPUS E A METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

Para a investigação da gramática portuguesa que foi uma das bases constitutivas do PB, exporemos alguns dos resultados obtidos por Cardoso (2020), em sua dissertação de mestrado. A autora utilizou um *corpus* inédito, com documentos que compõem os acervos coloniais do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)<sup>7</sup>. O *corpus* utilizado conta com aproximadamente 90 mil palavras, escritas durante o período colonial, em textos de diferentes tipologias, por indivíduos nascidos no Brasil entre os séculos XVII e XVIII e está descrito no Quadro 5<sup>8</sup>. Por data de nascimento, os documentos abarcam a primeira metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Por data de produção de escrita, é abarcada a segunda metade desses dois séculos. Na análise dos dados, Cardoso (2020) considerou a data de nascimento dos escreventes.

O maior volume de dados se encontra no século XVIII, composto por rascunhos de cartas privadas, enquanto os textos do século XVII têm maior diversidade de escreventes e de gêneros textuais, mas correspondem a textos de correspondência pública. Desse modo, há uma assimetria no *corpus*, com mais dados representativos do século XVIII, mas escritos por um único indivíduo, e com poucos dados representativos do século XVII, mas escrito por três indivíduos distintos.

Quadro 5 – *Corpus* utilizado, organizado por data cronológica de nascimento.

|                     |   |   |   |   |
|---------------------|---|---|---|---|
| <b>Escrevente</b>   | Ruy de Carvalho Pinheiro                          | João Goes de Araujo                       | Andre Vidal de Negreiros                  | Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco         |
| <b>Acervo</b>       | Atas da Câmara Municipal de Salvador <sup>9</sup> | Documentos de brancos da elite portuguesa | Documentos de brancos da elite portuguesa | Documentos da Família Ferrão Castelo Branco |
| <b>Naturalidade</b> | Brasileiro  | Brasileiro (Bahia)                        | Brasileiro (Pernambuco)                   | Brasileiro (Bahia)                          |

<sup>7</sup> “O projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, que integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tem por objetivo realizar a edição digital de textos do Banco DOHS – Documentos Históricos do Sertão, do projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro, um dos projetos do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), da UEFS, bem como sua anotação morfológica e sintática, elaborando um corpus diacrônico anotado que sirva como recurso eletrônico para o estudo linguístico do português brasileiro. (...) Além dos acervos constituídos por documentação epistolar, há também livros manuscritos, além de textos impressos e textos orais. O material disponível no Banco atende, entretanto, não somente a pesquisadores interessados em análises de aspectos linguísticos, mas em aspectos da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros” (LACERDA; CARNEIRO; SANTIAGO, 2016. p.1). Cf. mais detalhes do Projeto CE-DOHS em [www.cedohs.uefs.br](http://www.cedohs.uefs.br). Cf. mais detalhes sobre o *corpus* colonial do CE-DOHS em [www.corpus2cedohs.com.br](http://www.corpus2cedohs.com.br).

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre a constituição do *corpus* colonial do CE-DOHS e do *subcorpus* utilizado neste trabalho, cf. Cardoso (2020).

<sup>9</sup> Estes documentos foram anotados sintaticamente por Corôa (em andamento) e compõem o *Corpus* Tycho Brahe – CTB (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>).

|                                    |  |   |   |  |
|------------------------------------|--|---|---|--|
| <b>Etnia</b>                       | Branco   | Branco  | Branco  | Branco                                       |
| <b>Gênero Textual</b>              | Ata  | Carta   | Testamento                                      | Rascunho de cartas (borrador <sup>10</sup> ) |
| <b>Data de nascimento</b>          | aprox. 1600  | 1600  | 1606  | Aprox. 1720.                                 |
| <b>Data de produção de escrita</b> | 1669-1670  | 1660-1670                                       | 1678  | 1749-1752                                    |
| <b>Tipo de circulação</b>          | Pública  | Pública   | Pública   | Privada                                      |
| <b>Fonte<sup>11</sup></b>          | Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (realização da edição) | Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) | Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) | Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin    |
| <b>Nº de palavras (aproximado)</b> | 9250   | 4550  | 7480  | 69.250                                       |

Fonte: Cardoso (2020), com adaptações.

Para a classificação dos dados, Cardoso (2020) considerou apenas sentenças com verbos únicos finitos e utilizou metodologia semelhante a outras pesquisas que investigaram os clíticos em textos brasileiros e portugueses, representativos do PCI, do PE e do PB (CARNEIRO, 2005; GALVES, BRITO, PAIXÃO DE SOUSA, 2005; NAMIUTI, 2008). Na classificação das sentenças, foram selecionados fatores linguísticos que envolvem os dois fenômenos investigados (interpolação e colocação de clíticos) e fatores linguísticos específicos para cada fenômeno.

Quanto aos fatores que envolvem a interpolação e a colocação dos clíticos, Cardoso (2020) utilizou os seguintes critérios:

- i. *a posição do verbo na sentença*: as sentenças cujo verbo se apresenta em primeira posição foram isoladas das sentenças em que o verbo se apresenta em segunda posição ou posição posterior ( $V \geq 2$ ).
- ii. *o tipo de sentença*: as sentenças com pronomes clíticos foram divididas em orações dependentes e matrizes. São consideradas sentenças matrizes as sentenças declarativas principais e as sentenças precedidas pelas conjunções coordenativas

<sup>10</sup> O borrador se constitui como um bloco de papel utilizado para rascunho. Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco escreveu, aproximadamente, 450 fôlios de rascunhos de cartas privadas, além de copiar outros textos significativos, como a árvore genealógica de sua família, e escrever a contabilização de gados e escravos que possuía. Para o recorte desse *corpus*, foram consultados 180 fôlios. Esse manuscrito não se encontra digitalizado. Por isso, a fotografia foi feita *in loco* por Cardoso (2020), com uma visita física à Biblioteca Mindlin. Agradecemos à Biblioteca Mindlin pela disposição e autorização à fotografia e utilização desse manuscrito.

<sup>11</sup> Informações mais detalhadas acerca dos documentos e sua localização exata estão disponíveis no site [www.corpus2cedohs.com.br](http://www.corpus2cedohs.com.br).

*e, ou enim, mas, porém, contudo, entretanto*<sup>12</sup>. São consideradas sentenças dependentes aquelas que estão vinculadas a um sistema de dependência em relação à oração principal (sentenças completivas, relativas, adjuntas, ou sentenças precedidas por conjunções coordenativas que estão encabeçadas e/ou vinculadas a uma oração dependente), além das orações interrogativas.

- iii. *o constituinte que precede o verbo em sentenças V≥2*: as sentenças V≥2 foram classificadas e agrupadas segundo o tipo de constituinte que precede o verbo. As sentenças matrizes neutras, i.e, sem licenciador de próclise antecedendo o verbo, foram agrupadas conforme os contextos variacionais propostos por Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), com algumas alterações:
- a. *contexto de variação I*: integram esse grupo as sentenças matrizes precedidas por sujeitos neutros, sintagmas preposicionais, advérbios não-modais (vide exemplos 12a 14) e as sentenças precedidas por construções de tópico/foco marcado<sup>13</sup>.
  - b. *contexto de variação II*: contexto formado por sentenças matrizes com verbo em posição inicial em segunda coordenada e sentenças matrizes precedidas por orações dependentes (vide exemplos 15 e 16). Integram também o contexto II as sentenças em que o pronome clítico se encontra em construção de deslocamento à esquerda e é retomado<sup>14</sup>.

Além dos fatores linguísticos mencionados acima, Cardoso (2020) considerou os seguintes fatores específicos: para a colocação dos clíticos, foi considerado como fator de análise a colocação do pronome em relação ao verbo (ênclise ou próclise) e casos de mesóclise foram tratados como ênclise. Para a interpolação do *não*, foram consideradas a presença do elemento marcador de negação *não*.

<sup>12</sup>Embora Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) considerem como conjunção coordenativa apenas os elementos *e, ou, nem e mas*, Cardoso (2020) incluiu os termos *porém, contudo e entretanto* nessa classificação em virtude do caráter de marcação discursiva que as sentenças precedidas por tais termos apresentaram no *corpus*, com uma taxa de ênclise considerável, destoando dos demais tipos de sentença que integram o contexto de variação I e se aproximando da colocação clítica das orações que fazem parte do contexto de variação II. Ademais, os estudos sobre o comportamento dos clíticos a respeito do português brasileiro (CARNEIRO, 2005; LEMOS; 2019) fazem classificação semelhante, o que facilita a comparação dos dados.

<sup>13</sup>Segundo Cardoso (2020), essa inclusão foi feita em consequência da dificuldade de se diferenciar construções com tópico de construções com foco e de separar as construções que obrigam a presença de determinada colocação clítica, não sendo, portanto, um contexto variacional. Um exemplo de sentença precedida por construção de tópico/foco marcado é a seguinte:

- i. As sobreditas nãoas da India *fallase* em ~~que~~ *ainda* sem embargo das ultimas ordens do | *Senhor* Vice Rey, ainda não virão apartir senão lâ *para* deoposdeSaõFrancisco (...)

DFFCB-AGFCB-1749, f. 2v.

<sup>14</sup>As sentenças em que o pronome clítico se encontra em construção de deslocamento à esquerda e é retomado foram incluídas no contexto de variação II, segundo Cardoso (2020), em virtude da variação ênclise/próclise encontrada nos dados. Um exemplo desse tipo de sentença está escrito abaixo:

- ii. As mi- | nhas cartas *entreguey-as* a Antonio Pedro deVasconcellos Governador daColonia (...)

DFFCB-AGFCB-1749, f. 5v.

## 5 OS DADOS E A VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO

Com base no *corpus* mencionado anteriormente, Cardoso (2020) classificou e analisou, considerando os séculos XVII e XVIII, 2204 sentenças, das quais 162 (7,4% em relação ao total de sentenças) correspondem aos contextos de interpolação do *não* e 386 (17,5% do total) correspondem aos contextos variacionais de colocação clítica. Há, entretanto, um descompasso na quantidade de sentenças para os dois séculos, havendo mais dados para o período setecentista, embora seja representativo apenas de um único autor.

A partir dos dados obtidos por Cardoso (2020), verificamos as hipóteses sobre a interpolação e a colocação dos clíticos apresentadas no Quadro 4, que foram baseadas no pressuposto de que a gramática portuguesa preponderante na formação do PB foi o PCl. A verificação das hipóteses está sintetizada no Quadro 6.

Quadro 6 – Verificação das hipóteses de trabalho.

|                               | <b>Interpolação do <i>não</i></b>  | <b>Verificação das hipóteses</b> | <b>Colocação do clítico</b>  | <b>Verificação das hipóteses</b> |
|-------------------------------|--|----------------------------------|--|----------------------------------|
| <b>Contexto de ocorrência</b> | Sentenças matrizes e dependentes.  | Confirmada.                      | Manutenção dos contextos não variacionais.<br>Próclise preferencial nos contextos de variação. | Confirmada.<br><br>Confirmada.   |
| <b>Frequência</b>             | Maior ocorrência da interpolação em sentenças dependentes que em sentenças matrizes. | Confirmada.                      | Maior ocorrência da próclise no contexto de variação I que no contexto II.                     | Confirmada.                      |

Fonte: autoria própria.

Em geral, as hipóteses foram confirmadas, mostrando que, em textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil no início dos séculos XVII e XVIII, estão presentes traços, ao menos no que tange à interpolação e à colocação dos clíticos, semelhantes à gramática do PCl. Nas subseções a seguir, descrevemos detalhadamente a confirmação das hipóteses de trabalho.

### 5.1 INTERPOLAÇÃO DO NÃO

Como hipóteses de trabalho para o fenômeno da interpolação do *não*, duas hipóteses foram desenvolvidas:

- i. ocorrência da interpolação, nos textos analisados, em sentenças matrizes e dependentes;

- ii. maior ocorrência da interpolação em sentenças dependentes que em sentenças matrizes.

A primeira hipótese – a presença do fenômeno em sentenças matrizes e dependentes – foi confirmada. No *corpus* analisado por Cardoso (2020), considerando data de nascimento dos autores, a interpolação do *não* em sentenças matrizes é frequente nos séculos XVII e XVIII, alcançando a porcentagem de 66,6% e 60,5%, respectivamente (exemplos 17 e 18). A adjacência do clítico ao verbo (exemplo 19), por sua vez, atinge 33,4% e 39,5% dos dados analisados.

Tabela 1 – Interpolação do *não* em sentenças matrizes de textos do Brasil Colônia.

|                                   | 1600-1650       | 1700-1750        |
|-----------------------------------|-----------------|------------------|
| <b>Interpolação do <i>não</i></b> | 66,6% (4/6)     | 60,5% (26/43)    |
| <b>Adjacência clítico-verbo</b>   | 33,4% (2/6)     | 39,5% (17/43)    |
| <b>Total</b>                      | <b>100% (6)</b> | <b>100% (43)</b> |

Fonte: Cardoso (2020).

17. D. Jeronimo nos *não inquieta* em couza | alguma (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 65r.
18. MeoPayseacha no Porto da Folha e Minha MáynoEngenbo | em *companhia* de meos Irmãos pequenos, e por isso *lbe não escreve* | senão euso (...)  
DFFCB-AGFCB-1751, f. 21v.
19. Em fim *não me* | *canso* com discursos;  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 55r.

Além disso, a interpolação do *não* é atestada tanto em sentenças matrizes com licenciadores de próclise (exemplo 20) quanto em sentenças matrizes neutras (exemplo 21). Os dados representativos de cada século estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Presença de elementos licenciadores de próclise em sentenças matrizes negativas em textos brasileiros coloniais.

|                                   |                 | 1600-1650       | 1700-1750        |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| <b>Interpolação do <i>não</i></b> | Com licenciador | 16,7% (1/6)     | 18,6% (8/43)     |
|                                   | Sem licenciador | 49,9% (3/6)     | 41,9% (18/43)    |
| <b>Adjacência clítico-verbo</b>   | Com licenciador | 16,7% (1/6)     | 0% (0/43)        |
|                                   | Sem licenciador | 16,7% (1/6)     | 39,5% (17/43)    |
| <b>Total</b>                      |                 | <b>100% (6)</b> | <b>100% (43)</b> |

Fonte: Cardoso (2020).

20. Hoje são 20 caindaa *não* | *tive*(...)

DFFCB-AGFCB-1752, f. 52v.

21. Edestas cousas *senãodesfa* | *ram* nunca osadmenistradoresdacapela antes teramgrande | cuidado dehummaEoutra cousa (...)

DABEP-AVN-1678 f. 6r.

Sendo esse fenômeno em sentenças matrizes neutras característico da gramática clássica, sua ocorrência pode significar a presença robusta do PCI na formação do PB, atenuando a influência, para efeitos de formação de uma nova gramática, ao menos da elite colonial, do PM em solo brasileiro. A interpolação do *não* em sentenças dependentes também é atestada no *corpus* estudado por Cardoso (2020). Nesse contexto, em textos brasileiros coloniais, a interpolação do *não* se mantém altamente significativa, com um decréscimo na primeira metade do século XVIII. Essa taxa de ocorrência é semelhante à gramática do PCI, em que a interpolação ocorria em aproximadamente entre 80 a 90% das sentenças (cf. exemplo 22).

Tabela 3 – Interpolação em sentenças dependentes negativas em textos brasileiros coloniais.

|                                   | Séc. XVII(1600-1650) | Séc. XVIII(1700-1750) |
|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Interpolação do <i>não</i></b> | 95,5% (21/22)        | 90,1% (82/91)         |
| <b>Adjacência clítico-verbo</b>   | 4,5% (1/22)          | 9,9% (9/91)           |
| <b>Total</b>                      | <b>100% (22)</b>     | <b>100% (91)</b>      |

Fonte: Cardoso (2020).

22. Falley nos qua- | trocentos mil *reis que* seo Procurador Dionisio deCarvalho *lhe* | *não mandou* todos;

DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.

A segunda hipótese – maior frequência da interpolação do *não* em sentenças dependentes que em sentenças matrizes – também foi confirmada. Conforme as tabelas 2 e 3 apontam, a frequência da interpolação em sentenças dependentes alcança 95% na primeira metade do século XVII e 90% na primeira metade do século XVIII. Já o mesmo fenômeno em sentenças matrizes alcança 66% e 60% dos dados, entre o período seiscentista e setecentista, respectivamente. Desse modo, os dados obtidos em textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil se assemelham à ocorrência do fenômeno no PCI na história do PE: nessa gramática, a interpolação do *não* em sentenças dependentes alcançou taxas entre 84% a 90% e a interpolação em sentenças matrizes foi presente em 34% a 70% dos dados (GALVESET AL, 2019).

## 5.2 COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS

Para o ordenamento dos clíticos, propusemos as seguintes hipóteses:

- i. manutenção dos contextos não variacionais.

- ii. próclise preferencial nos contextos de variação.
- iii. maior ocorrência da próclise no contexto de variação I que no II.

A primeira hipótese – manutenção dos contextos não variacionais – foi confirmada para os dois séculos estudados. Entre as 68 sentenças com verbo em posição inicial dos séculos XVII e XVIII analisadas por Cardoso (2020), não são atestados casos de próclise em sentenças cujo verbo se apresenta em primeira posição (exemplo 23). No contexto obrigatório de próclise, Cardoso (2020) encontrou dois casos de ênclise em sentenças dependentes (exemplos 24 e 25), que representam 0,4% do total de sentenças dependentes para o século XVII e 0,1% para o século XVIII.

23. *Disselbe que lhe tinha escrito por Pernambuco (...)*

DFFCB-AGFCB-1751, f. 14v.

24. Infantaria por |que cobrandose o Sal pelos Mi |nistros deVossa Alteza para secobrar oprocedido delle ha-|de haver muita dilaçam | maior mente que o Sal re- | *parte-se* por este Senado, eo que |acada hum se reparte se co -|bra logo;

ACMS-RCP-CAR-2-1671.9.

25. Em reposta da*que* lhe escrevú copiada à*folha*21 n<sup>o</sup>3. |me mandou a*que* sevê do Maço 1<sup>o</sup> [*inint.*] n<sup>o</sup> 40 |emque diz, mandava 500\$ no produto de huma |boiada *que* se perdeo na Travessia; para ajuda dos dotes | de *minhas* Irmãas Freiras ; mas *que* *repetillo-bia*.

DFFCB-AGFCB-1752, f. 36r.

A presença da colocação pós-verbal nessas sentenças é diferente dos casos de ênclise em subordinadas do PM (RIBEIRO, 2010) e do PCI (LOPES, 2010), em que há um elemento qualquer, geralmente uma outra sentença, entre o complementizador e o pronome clítico<sup>15</sup>. Entretanto, o número baixo de ocorrência não faz com que este contexto se torne variável, mas pode indicar, segundo Cardoso (2020), que os falantes já apresentavam alguma dúvida quanto à colocação dos clíticos em determinados contextos. Logo, os contextos não variáveis não apresentaram mudanças na gramática dos clíticos de indivíduos nascidos no Brasil nos séculos XVII e XVIII, sendo, portanto, confirmada a primeira hipótese desenvolvida acerca da manutenção dos contextos não variacionais.

A segunda e a terceira hipótese – próclise preferencial nos contextos variacionais e maior ocorrência de próclise no contexto I que no contexto II, respectivamente – foram também confirmadas. A variação ênclise/próclise nos contextos variacionais é apresentada na Tabela 4.

<sup>15</sup> Como exemplo, um dos casos de ênclise em orações dependentes analisado por Lopes (2010, p. 20):

(i) Nas minhas haverá tanta diligência, que pelo menos *desculpe-me* os meus desconcertos.

Melo, séc. XVII, Corpus Tycho Brahe.

Tabela 4 – Variação ênclise/próclise nos contextos de variação em textos brasileiros coloniais.

|                 | 1600-1650        |                  | 1700-1750         |                   |
|-----------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
|                 | Contexto I       | Contexto II      | Contexto I        | Contexto II       |
| <b>Ênclise</b>  | 0% (0/28)        | 3,6% (1/28)      | 6,7% (13/193)     | 26,3% (36/137)    |
| <b>Próclise</b> | 100% (28/28)     | 96,4% (27/28)    | 93,3% (180/193)   | 73,7% (101/137)   |
| <b>Total</b>    | <b>100% (28)</b> | <b>100% (28)</b> | <b>100% (193)</b> | <b>100% (137)</b> |

Fonte: Cardoso (2020).

A próclise foi preferencial nos dois contextos e nos dois séculos estudados, confirmando, portanto, a segunda hipótese desenvolvida. Para além disso, a anteposição do clítico em relação ao verbo foi, como elaborado na terceira hipótese, mais frequente no contexto I de variação que no contexto II. Em relação ao contexto I, não há variação nos dados do século XVII, com 100% dos pronomes clíticos em sentenças matrizes finitas ocorrendo em posição pré-verbal (exemplo 26). Para o século XVIII, nesse mesmo contexto, em apenas 6% das sentenças matrizes finitas neutras há casos de ênclise.

26. E nesta forma *se livraria* em conta | aos *procuradores* do Conselho (...)  
DABEP-JGA-1664.1, f. 1v.

No contexto II, por sua vez, a variação ênclise/próclise é mantida em ambos os séculos estudados, embora a tendência à próclise seja notada. A colocação pré-verbal em textos brasileiros do século XVII alcança 96,4% do total de ocorrências, com apenas um caso de ênclise. No século seguinte, a próclise alcança 73,7% (exemplos 27 e 28).

27. este mes | mo intento se consegue cobran- | do-se pela Thezouraria da Ca | Mara  
*conserva-se* a obrigação | existente (...)  
ACMS-RCP-1671.9.

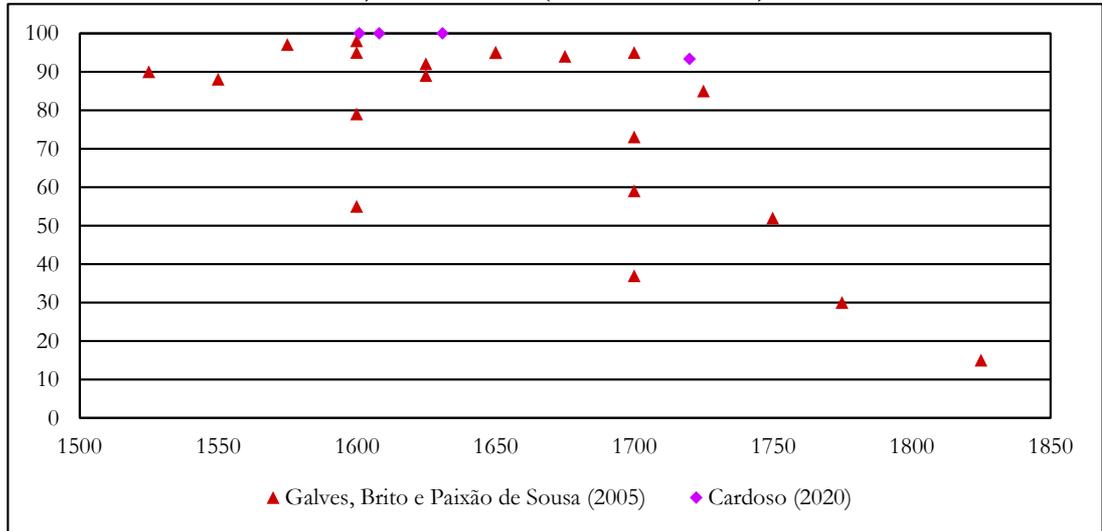
28. Em fim *buscou-* | me João Dias da Cunha (aquém elle deve tambem  
*alguns* | 5\$ *cruzados*) (...)  
DFFCB-AGFCB-1752, f. 62r.

A ocorrência de próclise no contexto II é consideravelmente maior, nos dois séculos analisados, em comparação a resultados gerais sobre o PCI na história de Portugal, em que a próclise alcançou 10% a 38% de ocorrência. Nesse contexto, segundo Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), a colocação clítica é idiossincrática e a próclise não é a opção preferencial da maioria dos textos portugueses, com altas taxas de ênclise desde o século XVI. Apesar disso, a colocação enclítica nesse contexto nos textos brasileiros coloniais ainda é maior do que no contexto de variação I, confirmando a terceira hipótese elaborada (maior ocorrência de próclise no contexto I que no contexto II).

## 6 O PORTUGUÊS CLÁSSICO NA HISTÓRIA DO PB E DO PE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Com base nos resultados acima, é possível afirmar que o PCI é uma gramática em comum à história do PB e do PE e foi frequente no Brasil Colônia. Os processos gramaticais por quais o PCI passou, entretanto, divergem a depender do território. A presença de traços dessa gramática ao longo do século XVIII, por exemplo, é uma das particularidades da história do PCI no Brasil face à história do PCI em Portugal. O Gráfico 1 exibe a próclise no contexto de variação I em textos portugueses (GALVES; BRITO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005) e em textos brasileiros (CARDOSO, 2020), considerando os dados por escritores individuais e por data de nascimento.

Gráfico 1 – Próclise no contexto de variação I em textos portugueses (séc. XVI-XIX) e brasileiros (séc. XVII-XVIII).

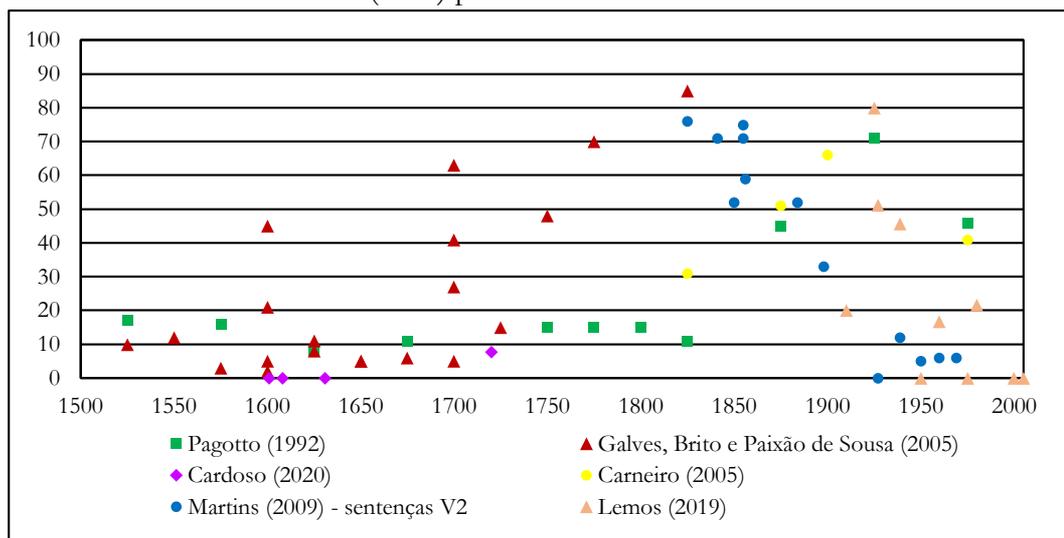


Fonte: Cardoso (2020).

Enquanto, a partir do século XVIII, a próclise nos textos portugueses em contexto I de variação tende a cair, surgindo o PE (com padrão enclítico), os dados obtidos por Cardoso (2020) encontram a manutenção da próclise em textos escritos em meados do século XVIII por um indivíduo nascido no Brasil no começo desse mesmo período. Apesar de os dados corresponderem a apenas um escritor, esse resultado é compatível com outros trabalhos sobre a colocação dos clíticos em textos oitocentistas e novecentistas brasileiros, que encontraram uma competição de gramáticas entre o PCI, o PE e o PB no século XIX e XX (CARNEIRO, 2005; LEMOS, 2019; MARTINS, 2009; PAGOTTO, 1992, 1999). Desse modo, a gramática do PCI foi frequente, em textos brasileiros, desde o século XVII até meados do século XX, mesmo havendo mais duas gramáticas em competição a partir do período oitocentista. A colocação dos clíticos nos

trabalhos supracitados no contexto de variação I, considerando a ênclise, é exibida no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Ênclise no contexto de variação I em dados de textos portugueses de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), e em textos brasileiros de Cardoso (2020) e Martins (2009) por data de nascimento e Carneiro (2005), Pagotto (1992) e Lemos (2019) por data de escrita.



Fonte: Cardoso (2020).

Percebe-se que até final do século XVII, os textos brasileiros acompanham a tendência próclítica dos textos europeus, apesar de apresentarem um número de ênclise menor que o padrão comum aos autores portugueses. No século XVIII, enquanto o padrão enclítico começa a surgir nos dados de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), nos textos analisados por Cardoso (2020) e por Pagotto (1992) o uso da próclise é ainda preferencial<sup>16</sup>.

A partir do início do século XIX, os dados de Pagotto (1992), Carneiro (2005) e Martins (2009) apresentam um aumento na taxa de ênclise em textos brasileiros, incompatível com a tendência próclítica de séculos anteriores. Segundo esses autores, o aumento do uso de ênclise é oriundo de uma competição de gramáticas envolvendo o PCl, o PE e o PB, que começa a ser refletida, nos textos, a partir do século XIX<sup>17</sup>. A próclise só volta a atingir níveis próximos a 100%, no Brasil, no início do século XX, tanto nas peças teatrais analisadas por Martins (2009) quanto nas cartas do sertão baiano

<sup>16</sup> Pagotto (1992) não confirmou a nacionalidade dos escreventes utilizados para o século XVIII. Entretanto, a baixa porcentagem de ênclise dos textos consultados é semelhante ao encontrado por Cardoso (2020) nos manuscritos consultados para o período setecentista.

<sup>17</sup> Segundo Pagotto (1992), Carneiro (2005) e Martins (2009), a competição com o PE, em textos brasileiros, é resultado de pressões externas e da avaliação social dos falantes quanto à construção uma norma linguística prestigiada, inspirada no padrão europeu.

estudadas por Lemos (2019). Note que a ênclise que aparece nos textos brasileiros a partir do período oitocentista, começa a aparecer, em textos portugueses, no início do século anterior, com uma queda brusca da colocação pré-verbal do clítico.

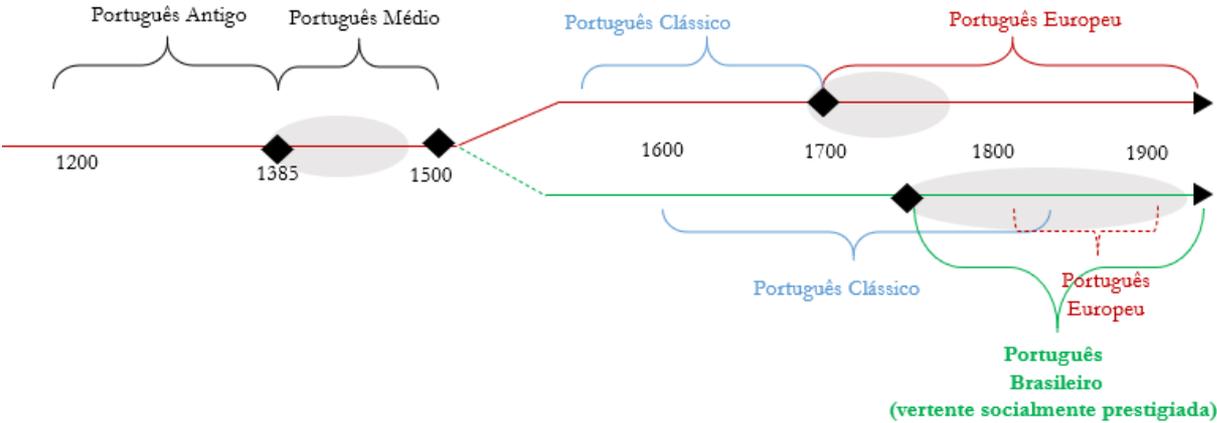
A presença significativa da próclise até o século XVIII fornece indícios, portanto, para ser o PCl uma das bases formativas do PB. Além disso, a persistência do PCl em escritos no século XIX, período em que já surge, nos textos, a gramática brasileira, demonstra que a competição de gramáticas, estabelecida conforme (KROCH, 1994), ocorre no Brasil com as seguintes características: i. uma gramática que chega ao território brasileiro a partir do século XVI (o PCl); ii. uma gramática inovadora, essencialmente brasileira (o PB); iii. uma gramática europeia que chega ao Brasil a partir do século XIX (o PE).

Assim, resumindo os resultados obtidos pelos trabalhos supracitados e comparando a história do PE e do PB, levando em consideração apenas a aquisição do português como língua materna (e, portanto, apenas a formação da vertente prestigiada do PB)<sup>18</sup>, o possível percurso das gramáticas portuguesas no Brasil e em Portugal pode ser vislumbrado conforme a Figura 1. Considere a linha vermelha para o percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e a linha verde para o percurso das gramáticas do português no Brasil<sup>19</sup>. A linha tracejada indica a “transplantação” das gramáticas no território brasileiro, motivada por pressões externas, que ocorre em dois momentos: no século XVI e no século XIX (RIBEIRO, 2015[1998]).

<sup>18</sup> Conforme Cardoso (2020), a Figura 1 **não** deve ser compreendida como uma periodização do português brasileiro, pois se restringe a capturar o percurso das gramáticas portuguesas no Brasil, deixando de lado, por limitações de *corpus* e pela necessidade de recorte do objeto de pesquisa, o multilinguismo generalizado existente no Brasil Colônia e enfoca unicamente a face portuguesa da constituição do PB, considerando a aquisição do português como língua materna. Para propor uma periodização do PB, como faz Pessoa (2003), Lobo (2003), Noll (2008), Lucchesi (2017), entre outros, seria necessária uma investigação extensa e profunda sobre o cenário linguístico colonial como um todo – as gramáticas indígenas e africanas, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro convivendo ao mesmo tempo e sendo maioria no contexto multilíngue generalizado – abrangendo enfoques sócio-históricos e linguísticos (aquisição de L2), que foge do escopo alcançado com os dados de Cardoso (2020).

<sup>19</sup> A delimitação da formação da vertente prestigiada do PB em meados do século XVIII é colocada com base em Galves (2007) e Mattos e Silva (2004).

Figura 1 – Possível percurso das gramáticas portuguesas em Portugal e no Brasil, com base em Martins (1994), Cardoso (2020), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), Galves (2007), Lemos (2019), Martins (2009) e Pagotto (1992, 1999).



Fonte: Cardoso (2020).

Embora a delimitação do percurso das gramáticas portuguesas no Brasil não contemple a maior parte da história da formação do PB, uma vez que ainda há outros dois antecedentes históricos a serem investigados (MATIOS E SILVA, 2004), ao menos aponta importantes considerações sobre a história do PB em comparação com a história do português em Portugal. Em se tratando do PCI, nota-se que apesar de ter sido, na perspectiva adotada neste trabalho, uma das gramáticas em comum à história do PB e do PE, sua persistência em solo brasileiro perdurou mais tempo e coexistiu, ao longo do século XIX, com mais duas gramáticas. Logo, o PCI, desde o Brasil Colônia, se constituiu, ao menos na sintaxe dos clíticos, como uma gramática significativa para a formação do PB.

Por fim, há uma outra questão, levantada a partir dos dados de Cardoso (2020), que envolve diferenças entre o uso do PCI em Portugal e no Brasil, que deve ser investigada em pesquisas futuras. Apesar de os dados de Cardoso (2020) apontarem o PCI como a gramática portuguesa que serviu de base ao PB, a tendência à próclise nos contextos variacionais na colocação dos clíticos foi maior do que encontrado em textos da gramática do PCI escritos por portugueses. Conforme Cardoso (2020), no contexto I de variação, os textos escritos por quatro indivíduos nascidos no Brasil no início do século XVII apresentaram 100% de próclise (cf. Gráfico 1). Para o século XVIII o escrevente consultado apresentou 6,7% de ênclise, porém restrita a sentenças com verbo precedido por sintagmas adverbiais não modais. Apesar de a porcentagem da próclise ser semelhante ao encontrado em textos portugueses do mesmo período, a colocação pré-verbal absoluta, no contexto de variação I, não era comum aos autores portugueses, havendo, mesmo que em porcentagens mínimas, uma variação quanto à colocação dos clíticos. No contexto de

variação II, os dados obtidos por Cardoso (2020) revelaram uma grande porcentagem de próclise nos quatro autores estudados, com 96,3% de colocação pré-verbal para o século XVII e 73,7% para o século XVIII. Nos textos portugueses representativos do PCI, a próclise, nesse mesmo ambiente, alcançou, no máximo, 38% de ocorrência (GALVES ET AL, 2019).

Assim, uma hipótese a ser investigada futuramente é se a ambientação do PCI, no Brasil, já a partir do século XVII, tenha ocorrido de forma a alterar a frequência de determinados fenômenos, mesmo antes de surgir uma gramática inovadora. Embora essas alterações não signifiquem necessariamente uma nova gramática no período seiscentista, indicam que o processo de formação do PB, em se tratando da colocação dos clíticos pronominais, pode ter passado por etapas distintas daquelas observadas no PCI produzido em Portugal. Se essa observação se confirmar em outros trabalhos, restará também observar as consequências desse fato para a história do PB.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemos uma investigação a respeito da gramática portuguesa que constituiu uma das bases formativas do PB. Os resultados obtidos por Cardoso (2020) através de textos escritos por indivíduos nascidos no Brasil no início dos séculos XVII e XVIII foram utilizados para comprovar a ideia, inicialmente proposta pela autora, de que a gramática portuguesa preponderante para a formação do PB foi o PCI. A análise da interpolação e da colocação dos clíticos revelou que tais fenômenos, em textos brasileiros coloniais, atestam o uso frequente da gramática clássica no Brasil no período seiscentista e setecentista. A partir desse resultado, demonstramos o percurso das gramáticas do português no Brasil e em Portugal, apontando semelhanças e diferenças quanto ao uso do PCI nos dois territórios.

Por fim, concluímos que os dados de Cardoso (2020), para além de confirmar o PCI como uma das bases constitutivas do PB (ao menos para sua vertente prestigiada) atestam uma dinâmica de uso dessa gramática diferente face ao seu uso em Portugal. No Brasil, a frequência da próclise nos contextos variacionais, assim como da interpolação ao longo dos séculos XVII e XVIII, foi maior do que o atestado em textos portugueses de mesmo período. Sendo assim, apesar de o PCI ser uma gramática em comum à história do PB e do PE, a investigação quanto à sua sintaxe em manuscritos brasileiros se apresenta como uma pauta de pesquisa necessária a ser feita, com vistas a compreender melhor a constituição do PB.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE; Aroldo Leal de; GALVES, Charlotte. Contrast and word order: A case study on the history of Portuguese. *Glossa: A Journal of General Linguistics*, Londres, v.4, n. 107, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://www.glossa-journal.org/articles/10.5334/gjgl.897/>. Acesso em 09 jun. 2020.

CARDOSO, Lara da Silva. *A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico na história do português brasileiro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270516>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; GALVES, Charlotte. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p.7-38, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2547>. Acesso em: 24 fev. 2020.

CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1996, v. 2, p.135-150. Disponível em: [clul.ulisboa.pt/files/ivo\\_castro/1996\\_Portugus\\_Clsico.pdf](http://clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clsico.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

CORÓIA, Williane. (em andamento) *A sintaxe da ordem no corpus de cartas e atas produzidas por homens bons da Câmara Municipal de Salvador*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira *et al* (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/98/GALVES\\_C-2007a.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/98/GALVES_C-2007a.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte. A ênclise no português clássico: variação, gramática e uso. In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edvalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015, p. 61-77.

GALVES, Charlotte; ANDRADE, Aroldo; NAMIUTI, Cristina; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The syntax of clitics. Ms. Unicamp/UFMG/UESB/USP, 2019. [Capítulo a ser publicado no livro *Classical Portuguese: Grammar and History*, Oxford University Press].

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; SOUSA, Maria Clara Paixão de. The change in clitic-placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 1, p.39-67, dez. 2005.

Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.166/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAES, Maria Aparecida. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.162/>. Acesso em 14 abr. 2020.

GALVES, Charlotte; SÂNDALO, Filomena. From intonational phrase to syntactic phase: the grammaticalization of enclisis in the history of Portuguese. *Língua*, [s.l.], v. 122, 2012, p. 952-974. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REP\\_OSIP/67210](http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REP_OSIP/67210). Acesso em 09 jun. 2020.

LACERDA, Mariana; CARNEIRO, Zenaide; SANTIAGO, Huda. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de ináveis. *A cor das Letras*, Feira de Santana, v. 17, n. 1, 2016, p. 127-143. Disponível em: [http://periodicos.uefs.br/index.php/acord\\_asletras/article/view/1463/pdf\\_1](http://periodicos.uefs.br/index.php/acord_asletras/article/view/1463/pdf_1). Acesso em 31 jul. 2020.

LEMOS, Maiara da Silva. *A colocação dos clíticos em sentenças finitas: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (século XX)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteúdo.php?conteúdo=123>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LOBO, Tânia. 2003. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 395-410.

LOBO, Tânia. A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Edufba, 1996. p. 87-115.

LOPES, Ana Luiza Araújo. *A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/92/LOPES\\_ALA-Msc.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/9/92/LOPES_ALA-Msc.pdf). Acesso em 02 jul. 2020.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347-382. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>. Acesso em 02 ago. 2020.

MARTINS, Ana Maria. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016, p. 401-430. Disponível em: [http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana\\_maria\\_martins/Martins\\_2016e.pdf](http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/Martins_2016e.pdf). Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, Ana Maria. Tipologia e mudança linguísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol. *Santa Barbara Portuguese Studies*, Santa Barbara, v. 1, p. 340-386, 2002.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MARTINS, Marco Antonio. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Novas contribuições para a história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 99-114, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Diadorim/issue/view/338>. Acesso em 20 jun. 2020.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].

MORAES DE CASTILHO, Célia. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? In: MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 57-89, v. 2, tomo 1.

MORAES DE CASTILHO, Célia. *Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

NAMIUTI, Cristiane. *Aspectos da História Gramatical do Português: Interpolação, Negação e Mudança*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e Condescendência: Ciência e Pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 2, n. 1, p.49-68, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://uab.ufsc.br/portugues/files/2013/11/Livro.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270508>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PESSOA, Marlos de Barros. *Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2015. p. 41-59. [1998]

RIBEIRO, Ilza. Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 15-40, jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1113>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976 [1951].

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes*. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento.

**Recebido em:** 20/12/2020

**Aprovado em:** 05/02/2021

**Publicado em:** 25/07/2021